

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

**SUMÁRIO**

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**

 **ATAS****ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/11/2023**

Às 10h11min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Tito Torres e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dando ciência, para fins de acompanhamento e fiscalização, de acórdão exarado em processo que tem por objetivo conhecer a estrutura, organização e funcionamento dos controles da gestão de risco da atividade minerária no Estado, por meio de coleta, sistematização e análise das normas e dados relacionados à matéria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 241/2019 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputada Ione Pinheiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.994, 3.996, 4.115, 4.121 e 4.122/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.900, 4.901, 4.914, 4.915 e 4.917/2023. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.997/2023, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja editado decreto com a finalidade de anexação das áreas propostas, ampliando-se os limites do Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda, criado pelo Decreto nº 45.472, de 21 de setembro de 2010, e localizado nos Municípios de Moeda e Itabirito, nos termos do §7º do art. 44 da Lei nº 20.922, de 2013; e seja ainda encaminhado o projeto de lei que contém os limites e as confrontações das áreas a serem incorporadas, após análise de viabilidade ambiental do Instituto Estadual de Florestal – IEF;

nº 4.998/2023, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja cumprido o parágrafo quinto do item 14 do acordo judicial firmado com a mineradora Gerdau em 2009, com a finalidade de criar um corredor ecológico conectando o Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda com a Estação Ecológica de Arêdes, em consonância com o inciso IV do art. 4º do Decreto nº 45.472, de 21 de setembro de 2010; e seja enviado ao referido órgão o acordo judicial que encaminha;

nº 5.004/2023, da deputada Leninha, em que requer seja realizada visita à bacia de contenção de águas pluviais do Córrego Imbiruçu, nas imediações dos Bairros Amarante, Vila Cristina e São Luiz, no Município de Betim, para averiguar a área que recebe as águas pluviais e neutraliza a possibilidade de inundações de bairros a jusante, incluindo os bairros da periferia, grandes conjuntos habitacionais, bairros da região central da cidade e equipamentos públicos, como escolas e o hospital regional;

nº 5.038/2023, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater ações de preservação ambiental, a promoção de campanhas educativas e, principalmente, os recebimentos itinerantes de embalagens vazias de defensivos agrícolas em locais predeterminados e em datas divulgadas previamente, promovendo a correta destinação dessas embalagens;

nº 5.050/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a realização de visita à Ilcom Mineração Indústria e Comércio, situada na Fazenda Lapa Branca, Várzea, Sete Lagoas, para verificar os impactos causados ao meio ambiente no entorno da pedreira no que versa à segurança urbana e ao cumprimento das condicionantes da concessão;

nº 5.078/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca do procedimento adotado para concessão de licenças à Cemig para poda de árvores em seus empreendimentos, nas quais que seja discriminado o processo desde o requerimento inicial até a autorização e acompanhamento de eventual medida compensatória;

nº 5.096/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Tito Torres, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Três Marias, para debater os impactos socioambientais decorrentes da implantação de uma usina fotovoltaica no Lago de Três Marias, onde está localizada a Usina Hidrelétrica de Três Marias, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig;

nº 5.097/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao procurador-chefe regional do Ministério Público Federal em Belo Horizonte pedido de informações sobre o projeto da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – de instalação de placas solares fotovoltaicas no espelho d'água do reservatório de Três Marias, no que diz respeito a legalidade, regularidade e impactos socioambientais;

nº 5.098/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o *status* do processo de licenciamento ambiental relativo ao projeto da Cemig de instalação das placas solares fotovoltaicas no espelho d'água do reservatório de Três Marias;

nº 5.099/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a origem dos recursos que custearam a visita da comitiva da Cemig à China para buscar soluções técnicas para implantação da energia solar fotovoltaica no reservatório de Três Marias;

nº 5.100/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em estudo técnico sobre o

impacto ambiental no ecossistema aquático do reservatório de Três Marias, devido à diminuição da incidência de luz solar em decorrência da instalação de placas solares fotovoltaicas que serão implantadas no espelho d'água;

nº 5.101/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nas autorizações da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA – e da Marinha do Brasil para a instalação de placas solares fotovoltaicas no reservatório de Três Marias;

nº 5.102/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de pescadores, pousadas, moradores e empreendimentos que serão impactados com a instalação de placas solares fotovoltaicas no espelho d'água do reservatório de Três Marias;

nº 5.103/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos detalhes técnicos do projeto de instalação de placas solares fotovoltaicas no reservatório de Três Marias, especificando altura da lâmina d'água, localização das placas, os ganhos sociais do projeto, além do desconto na conta de energia, e o custo comparativo de instalação das placas no espelho d'água e em terra firme ou telhados;

nº 5.112/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Agência Nacional de Mineração – ANM – Regional Minas Gerais e à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para realização de operação de fiscalização nas adjacências da Mina de Brucutu, de propriedade da mineradora Vale S.A., tendo em vista as denúncias de atividade minerária ilegal, apresentadas durante a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, no dia 18/10/2023; e seja encaminhado o *link* para o inteiro teor da referida reunião;

nº 5.127/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca da existência de licenciamento ambiental concedido à empresa mineradora para empreendimento a ser implantado na região do Bairro Bom Jardim, em Mário Campos, informando o atual estágio do procedimento de concessão de licença e estudos de impacto ambiental, se houver;

nº 5.146/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os loteamentos que estão sendo aprovados na área de amortecimento da Unidade de Conservação Monumento Natural da Serra do Elefante, em Mateus Leme, devendo ser informado o estágio atual dos procedimentos, se há ou não licenças ambientais já expedidas, se há processos judiciais ou inquéritos civis em andamento questionando os referidos loteamentos, e os nomes dos responsáveis legais de cada empreendimento;

nº 5.147/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Mateus Leme pedido de informações sobre os loteamentos que estão sendo aprovados na área de amortecimento da Unidade de Conservação Monumento Natural da Serra do Elefante, em Mateus Leme, devendo ser informados o estágio atual dos procedimentos, se há ou não licenças ambientais já expedidas, se há processos judiciais ou inquéritos civis em andamento questionando os referidos loteamentos, e o nome dos responsáveis legais de cada empreendimento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2023.

Ione Pinheiro, presidente.

**ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/11/2023**

Às 14h10min, comparece à reunião o deputado Betão, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença do deputado Cristiano Silveira. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições de garantia dos direitos humanos dos moradores e egressos das colônias de hanseníase e casas de saúde mantidas pela Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Thaisi Bauer, secretária-executiva da Coalizão pela Socioeducação, solicitando audiência pública da comissão com o objetivo de debater o projeto intitulado “Novo Socioeducativo”. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Neuza Pereira de Freitas, diretora-executiva do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG, Tiziane Rogério Madureira, coordenadora administrativa de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – Coren-MG –, representando a Sra. Maria do Socorro Pacheco Pena, vice-presidente do Coren-MG, Jessica Gonçalves Arias, suplente da presidente da Fhemig, representando a Sra. Renata Ferreira Leles Dias, presidente, Ondina Alves Flausino, enfermeira aposentada da Fhemig e ativista de Direitos Humanos, e Ivone de Oliveira Rocha, membro do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas Pela Hanseníase – Morhan; e os Srs. Arthur Felipe Ribeiro Mendes, coordenador de Enfermagem e Equipe Multidisciplinar da Diretoria Assistencial da Fhemig, representando a Sra. Renata Ferreira Leles Dias, presidente, Paulo César Azevedo de Almeida, defensor público coordenador estratégico de Tutela Coletiva da Defensoria Pública de Minas Gerais, Carlos Augusto dos Passos Martins, presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais do Estado de Minas Gerais – Asthemg –, Antônio Rodrigues Filho, dirigente do Somos Todos Colônia, Hélio Aparecido Dutra, presidente da Associação Comunitária de Moradores da Colônia Santa Isabel, e Cordovil Neves de Souza, membro do Morhan. O deputado Betão concede a presidência e a palavra ao deputado Cristiano Silveira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença da deputada Andréia de Jesus e do deputado Leleco Pimentel. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta – Bella Gonçalves.

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/11/2023**

Às 10h39min, comparece à reunião o deputado Betão, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a campanha salarial 2023 dos trabalhadores eletricitários da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, sua pauta de reivindicações e as condições do acordo coletivo de trabalho e da participação nos lucros e resultados relativos a 2023/2024. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: do Ministério da Educação (um ofício em 19/10/2023), da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 20/10/2023 e um ofício em 1º/11/2023), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 25/10/2023), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 19/10/2023 e um ofício em 25/10/2023), do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (um ofício em 25/10/2023 e um ofício em 1/11/2023).

O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.212/2023, em turno único (deputado Betão), 4.007/2022 e 1.324/2023, em turno único (deputado Celinho Sintrocel), 4.034/2022 e 937/2023, em turno único (deputado Delegado Christiano Xavier), e 3.496/2022, em turno único (deputada Nayara Rocha). As proposições constantes da primeira e segunda fase da primeira parte da Ordem do Dia deixam de ser apreciados por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Helena Barbosa, 1ª-secretária e diretora executiva do Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais – Senge-MG –, e os Srs. Emerson Andrada, coordenador-geral do Sindicato Intermunicipal dos trabalhadores na Indústria de Minas Gerais – Sindieletró-MG –, Carlos Wagner Costa Machado, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese –, subseção Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletró-MG –, João Paulo Menna, diretor adjunto de Relações Institucionais da Cemig, representando o diretor-presidente; Brunno Viana dos Santos Sant'Anna, superintendente de Gestão de Pessoas da Cemig, representando o diretor-presidente, e Everson de Alcântara Tardeli, membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos – Conedh-MG –, representando o presidente do Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais – Sindsul-MG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Professor Cleiton. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2023.

Betão, presidente.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 13 de novembro de 2023, destinada a homenagear a Record TV pelos 70 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 10 de novembro de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2023, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater a estrutura e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social do ponto de vista de seus desafios e perspectivas.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2023.

Betão, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Alê Portela e os deputados Leleco Pimentel, Carlos Henrique e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a proposta de alteração na lei do limite territorial dos Municípios de Curral de Dentro e Santa Cruz de Salinas.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2023, às 13 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Gustavo Santana e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os eventos equestres, como rodeios, concursos de marcha, provas de tambor, cavalgadas e outros, realizados no Estado, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Rodeios em Minas Gerais.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2023.

Tito Torres, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.657/2022****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Fábio Avelar, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep –, com sede no Município de Lagoa da Prata, tendo sido distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 3.657/2022 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep –, com sede no Município de Lagoa da Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, congrega as lideranças comunitárias da área, conjuntamente com as autoridades policiais e de órgãos do sistema de defesa social, no sentido de planejar ações integradas de segurança, que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública de Lagoa da Prata, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.657/2022, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2023.

Eduardo Azevedo, relator.



### **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

#### **ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 6/11/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Cassio Martins de Souza, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marli Ribeiro.



### **ERRATA**

#### **CORRESPONDÊNCIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/8/2023, na pág. 31, sob o título “Ofícios”, onde se lê:

“Ofício da Prefeitura Municipal de Ferros”, leia-se:

“Ofício da Ferro+ Mineração S.A.”.